Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. FLÁVIO ESGAIB KAYATT

DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 10376/2020

PROCESSO TC/MS	: TC/22743/2017
PROTOCOLO	: 1856688
ÓRGÃO	: MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
JURISDICIONADO (A)	: MARIA DAS GRAÇAS MACEDO
CARGO	: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO
INTERESSADO (A)	: MAVERICK CAMPOS PINTO DE ARRUDA
TIPO DE PROCESSO	: CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
RELATOR	: CONS. FLÁVIO KAYATT

RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de **concessão de aposentadoria por invalidez** ao servidor Maverick Campos Pinto de Arruda, que ocupou o cargo de Agente de Combate a Endemias, na Secretaria Municipal de Saúde.

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) manifestou-se por meio da **Análise n. 7623/2020** (pç. 14, fls. 50-51) pelo **registro** do ato de aposentadoria por invalidez.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 10620/2020** (pç. 15, fl. 52), opinando pelo **registro** do ato de concessão de aposentadoria em apreço.

É o Relatório.

DECISÃO

Analisando os documentos dos autos, verifico que o ato de concessão de aposentadoria por invalidez obedeceu à regra do art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c. art. 24, inciso I, alínea “a”, e artigos 26, 27 e 70, todos da Lei Complementar n. 191, de 22 de dezembro de 2011, conforme DECRETO “PE” n. 3.026/2017 publicado no DIOGRANDE nº 4.979 de 22 de agosto de 2017, bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Diante do exposto, concordo com a análise da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), acolho o parecer do Ministério Público de Contas (MPC) e **decido pelo registro do ato de concessão de aposentadoria por invalidez** ao servidor Maverick Campos Pinto de Arruda, que ocupou o cargo de

Agente de Combate a Endemias, na Secretaria Municipal de Saúde, com fundamento nas regras do art. 77, III, da Constituição Estadual, dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2012, e do art. 11, I, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É como decido.

Campo Grande/MS, 21 de outubro de 2020.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT
Relator

PBC